



Brasil tem sexto maior crescimento no ranking das economias do G20

Agro cresce 11,7%, impulsiona PIB e ganha participação na economia

Página 3

Indústria de máquinas e equipamentos começa 2026 em desaceleração

Página 4

Oferta de pistache no Brasil pode diminuir após Irã proibir exportações de alimentos

O anúncio de que o Irã proibiu as exportações de alimentos devido à escalada do conflito no Oriente Médio pode impactar o mercado internacional de pistache e ter reflexos como alta de preços e redução de oferta no Brasil, caso a medida se prolongue.

O efeito final sobre o comércio exterior dependerá da duração e do alcance do conflito iraniano, segundo especialistas. Se a restrição for curta, o impacto tende a ser pontual e absorvido pelo mercado. Caso se prolongue ou venha acompanhada de problemas logísticos na região, pode haver encarecimento do pistache importado, além de maior disputa entre compradores internacionais.

Apenas nos primeiros meses de 2026, o Brasil importou 49 toneladas de pistache do Irã, volume superior às 35,5 toneladas compradas dos Estados Unidos no mesmo período, segundo o sistema Comex Stat do Mdic (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços).

Ao longo de 2025, as compras do Irã somaram 422,6 toneladas, um salto de 71% frente às 121,3 toneladas registradas no período anterior. Já dos EUA, foram 865 toneladas, o que representa uma queda de 15% em relação ao ano anterior, quando o volume havia superado mil toneladas.

Dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) mostram que o Irã foi, em 2024, o segundo maior produtor de pistache do mundo, com 316,1 mil toneladas, atrás apenas dos Estados Unidos, que produziram 498,9 mil toneladas.

Outros produtos agrícolas também fazem parte do fluxo comercial entre os dois países. Em 2025, o Brasil importou cerca de 1.400 toneladas de uvas passas iranianas. No mesmo período, as compras de nozes, amendoins e outras sementes somaram 221,2 toneladas líquidos, enquanto as importações de tâmaras chegaram a 42,8 toneladas. (Folhapress)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,28
Venda: 5,28

Turismo
Compra: 5,31
Venda: 5,49

EURO

Compra: 6,12
Venda: 6,12

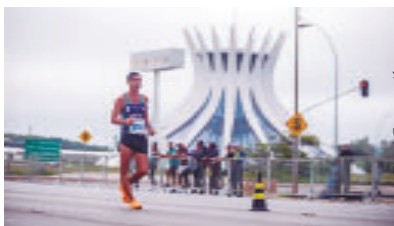
Limite de renda para financiamento do Minha Casa, Minha Vida vai subir a R\$ 13 mil; entenda



Foto: Ricardo Siqueira/PAF

Esporte

Caio Bonfim é vice-campeão e Viviane Lyra bate recorde brasileiro no Grand Prix da China



Caio Bonfim na Copa de Marcha

Em sua segunda competição na temporada internacional, o brasileiro Caio Bonfim (CASO-DF) foi vice-campeão da meia-maratona (21,097,5 km) de marcha atlética do Grand Prix da China, em Taicang, na noite de sábado (28/

2), pelo horário de Brasília. A prova tem o selo ouro do Tour Mundial de marcha atlética da World Athletics.

Viviane Lyra (Praia Clube-Exército-Cemig-Futol-MG) também disputou a prova em Taicang e, em sua estreia na meia

maratona da marcha, bateu o recorde brasileiro da distância com a marca de 1:41:22. Caio fez o tempo de 1:23:00 – a meia maratona passou a fazer parte da marcha atlética em 2026 e estará no programa olímpico dos Jogos de Los Angeles-2028. Os resultados foram informados pelos atletas.

A primeira competição internacional do vice-campeão olímpico e campeão mundial dos 20 km foi o Campeonato Japonês de Meia Maratona, em Kobe, no dia 15 de fevereiro. Na prova, Caio estabeleceu o recorde brasileiro e sul-americano da distância (1:21:44). Na mesma disputa, o japonês Toshikazu Yamashita foi campeão nacional e se tornou o recordista mundial, com a marca de 1:20:34.

“Encerramos nossa etapa na Ásia com recorde brasileiro, sul-americano, mais um pódio, um brasileiro contra 30 chineses. Voltamos para casa agora”, disse Caio em suas redes sociais. “Foi uma prova muito boa, percurso bom, muitos competidores e a gente considera que foi um resultado excelente de marca. E mais uma prova zerado, sem nenhuma falta”, avaliou a técnica Gianetti Bonfim.

Após as duas competições na Ásia, Caio retorna para o Brasil com o objetivo de finalizar sua preparação para o principal compromisso do ano, o Mundial por Equipes, que será disputado em Brasília (DF), no dia 12 de abril. O marchador, que vive e treina em Sobradinho, vai competir em casa. É a primeira

A expansão de 2,3% da economia brasileira em 2025 posiciona o Brasil na sexta posição do ranking de crescimento do G20, grupos das maiores economias do mundo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou na terça-feira (3) que o Produto Interno Bruto (PIB) atingiu R\$ 12,7 trilhões no ano passado.

O PIB é o conjunto de bens e serviços produzidos no país e serve como indicador do comportamento da economia.

No ano passado, a

agropecuária foi o principal motor do PIB nacional.

Longo após a divulgação do resultado pelo IBGE, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda publicou um ranking com o desempenho do PIB entre as 16 economias do G20 que já divulgaram os dados consolidados de 2025.

A lista é liderada pela Índia, que apresentou um salto de 7,5% na comparação com 2024. O Brasil aparece imediatamente à frente dos Estados Unidos, maior potência econômica do mundo. Página 3

Governo começa a elaborar o Plano Estadual de Mineração 2050

Página 2

Bancos poderão descontar aportes antecipados ao FGC

Página 6

Câmara aprova regras para comercialização de remédios em supermercados

A Câmara dos Deputados aprovou na segunda-feira (2) o Projeto de Lei 2158/23, que autoriza a instalação de um setor de farmácias no interior de supermer-

cados – desde que em ambiente físico delimitado, segregado e exclusivo para a atividade.

A proposta agora segue para sanção presidencial. Página 4

3º Brasileiro de Trilha e Montanha define campeões e classifica para Sul-Americano



Trilha e Montanha

O Campeonato Brasileiro Corrida em Trilha e Montanha 2026 e o The Hill Race em Prol do

Itupava, em Quatro Barras, no Paraná, foram realizados no domingo (1/3), no Parque Estadual da Serra da Baitaca, em Quatro Barras. O Estado do Paraná, tradicional no montanhismo do Brasil, recebeu a terceira edição do Brasileiro, um sucesso de organização – pelo primeira vez a competição foi transmitida ao vivo pelo YouTube.

O Brasileiro definiu os campeões nacionais nas modalidades Short Trail, Classic, Vertical (Uphill) e Classic Sub-20, além de servir como critério para composição da seleção brasileira que disputará o Campeonato Sul-Americano de Corrida em Trilha e Montanha 2026, em Samaipata, Bolívia. Allison Rocha Peres, cam-

peão do Classic - 17 km (1:27:22), deu um feed back muito positivo da organização do campeonato. “Sai na frente, mas minha preocupação era grande com o Cristiano Tedeski porque ele desce muito bem. Mas deu tudo certo”, disse Alison, que fez a transferência de sua carreira da pista para a rua – está treinando para estrear na maratona – e para a trilha e montanha. “Vem sendo sensacional todo esse processo”, disse Alison, acrescentando que o fato de a corrida em trilha e montanha entrar no calendário da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) fortalecerá a modalidade.

Gabriela de Freitas Tardivo foi bicampeã brasileira de trilha e

montanha no Classic. “Por ser um percurso muito técnico foi uma vantagem para mim”, disse Gabriela que confirmou participação no Sul-Americano da Bolívia. “Acho que o apoio da CBAt dá mais visibilidade para a trilha e montanha. Eu ainda compito em pista nesta temporada, mas nesta fase é muito possível encaixar a trilha e montanha na minha preparação”, disse Gabriela que também não descarta a possibilidade de buscar vaga no Mundial de Corrida de Trilha e Montanha, na Cidade do Cabo, África do Sul, em 2027. As Loterias Caixa e a Caixa são patrocinadoras máster do Atletismo Brasil.

Governo começa a elaborar o Plano Estadual de Mineração 2050

A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) deu início à elaboração do Plano Estadual de Mineração 2050 (PEM 2050), instrumento estratégico que vai orientar o desenvolvimento da mineração paulista até 2050. O trabalho técnico será executado por consultores e professores da Universidade de São Paulo (USP), por meio da Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), instituição com ampla experiência em projetos técnicos para o setor público. Ao longo de 15 meses, a equipe irá reunir dados, realizar diagnósticos e propor diretrizes para fortalecer o desenvolvimento sustentável da mineração paulista.

O PEM 2050 será estruturado em seis cadernos temáticos, abordando o contexto da Mineração Paulista, a caracterização dos setores produtivos, a importância da mineração em São Paulo, geração de empregos, as práticas de sustentabilidade e a transformação de áreas mineradas. "O plano vai tratar dos desafios da atividade nas dimensões socioambiental e econômica e apresentará diretrizes alinhadas às políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável do Estado, traçando cenários futuros para o setor", explicou Marisa Maia, subsecretária de Energia e Mineração da Semil.

Além dos estudos técnicos, o processo contará com



Voltada majoritariamente à produção de insumos básicos para a construção civil, a mineração paulista é um vetor socioeconômico estratégico

workshop e consulta pública, garantindo transparência e participação social. "O objetivo é

construir um planejamento de longo prazo que concilie o aproveitamento responsável dos re-

ursos minerais com a proteção ambiental, a organização do território e o desenvolvimento econômico regional, assegurando que a mineração continue contribuindo para a geração de riqueza e o crescimento de São Paulo", afirmou Marisa Barros.

Mineração paulista

Voltada majoritariamente à produção de insumos básicos para a construção civil, a mineração paulista é um vetor socioeconômico estratégico. O Estado responde por 70% da produção brasileira de areia industrial, 50% da areia comum, 30% da brita e 16% da argila. Estudo do Comitê da Cadeia Produtiva da Mineração (Comin), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), aponta que o Estado

conta com 3.443 empreendimentos de mineração ativos, que produziram mais de 130 milhões de toneladas de minérios em 2024 e geraram mais de 13 mil empregos formais diretos.

Água mineral

A mineração paulista também se destaca na produção de água mineral. Em 2024, foram produzidos 6,4 bilhões de litros no Estado, que lidera o ranking nacional com 27% da produção do País. A liderança é sustentada por infraestrutura consolidada, mercado consumidor expressivo e desenvolvimento industrial. Atualmente, são 336 empreendimentos produtores, 90% de pequeno e micro porte, distribuídos em cerca de 100 municípios. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Dependendo de quem serão as homenageadas pelas vereadoras [candidatas à ALESP e à Câmara Federal] no dia 8 março 2026, este pode ser o 1º passo pra eleições. Em tempo : nem sempre as mulheres votam em mulheres

PREFEITURA (São Paulo)

Ricardo Nunes (MDB) está fazendo história em relação ao agora também 'seu' MDB. Passou a ser ouvido e respeitado pelo ex-presidente Michel Temer. Entrou pra história do partido como alguém que literalmente se construiu do zero

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Dependendo de quem serão as homenageadas pelas deputadas [candidatas à reeleição ou pra Câmara Federal] no dia 8 março 2026, este pode ser o 1º passo pra reeleições. Nem sempre as mulheres votam em mulheres

GOVERNO (São Paulo)

O ex-governador [4 vezes pelo PSDB] Alckmin [hoje vice-presidente pelo PSB] vai auxiliar o ex-prefeito paulistanista Haddad (PT do Lula) a pelo menos chegar ao 2º turno, contra o governador Tarcísio (Republicanos)

CONGRESSO (Brasil)

Dependendo de quem serão as homenageadas pelas deputadas e senadoras [candidatas à reeleição e outros cargos] em 8 março 2026, este pode ser o 1º passo pra reeleições. Nem sempre as mulheres votam em mulheres

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Ter 80 anos de idade não permite que o Lula (dono e senhor do PT) corra os riscos que correu em 1989, 1984 e 1988. Em tempo : algumas lições de 2002, 2006 e 2022 não garantem mais nada [pra nenhuma candidatura]

PARTIDOS (Brasil)

O MDB tem 17 diretores estaduais assinando pela 'neutralidade' em relação a não fechar com o PT do Lula no 1º turno. Já o prefeito paulistanista Ricardo Nunes está com Flavio Bolsonaro (PL) e Tarcísio (Republicanos)

JUSTIÇAS (Brasil)

Está na cabeça, nas mãos e no coração do cristão [protestante] e ministro (Supremo Tribunal Federal) André Mendonça. É a hora e a vez dele literalmente imitar o Cristo em relação a chegar perto de realizar a justiça possível

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA "Porque não temos um sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; porém um que, como nós, em tudo foi tentado, mas sem pecado" **Hebreus 4:15**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00

Matriz:

Rua Carlos Comenale, 263 3º andar - Bela Vista - SP

CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC Notícias Agrícolas FolhaPress

Governo de São Paulo Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br Site: www.jornalodiasp.com.br

Licenciamento no estado ultrapassa 4,4 milhões de veículos em 2026

Mais de 4,4 milhões de proprietários de veículos já anteciparam o pagamento do licenciamento 2026 em São Paulo. Nos dois primeiros meses do ano, 4.440.097 veículos tiveram a taxa quitada, o que representa cerca de 16% de toda a frota ativa do Estado. O número mostra a adesão dos condutores à possibilidade de regularizar a documentação antes do início do calendário oficial, que vai de julho a dezembro, conforme o final da placa.

O licenciamento 2026 está disponível para veículos com qualquer final de placa. A antecipação permite que o proprietário comece o ano com a situação do veículo em dia, evitando pendências futuras e eventuais restrições. Neste ano, após a quitação dos débitos, a atualização do documento é instantânea, garantindo mais agilidade ao processo.

A forma mais rápida de licenciamento é pelo portal do Detran-SP, onde o serviço pode ser conclu-

ído em poucos minutos. Pelo site, também é possível verificar débitos, pagar multas pendentes - inclusive via Pix - e regularizar o licenciamento de anos anteriores, se necessário. Para concluir o processo, é preciso quitar eventuais multas de trânsito e o IPVA, informar o número do Renavam e pagar a taxa de R\$174,08.

Após o pagamento, o documento digital do veículo (CRLV-e) pode ser baixado ou impresso em papel comum pelo portal do Detran-SP, do Poupatempo ou da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), além dos aplicativos Detran-SP e Poupatempo Digital. O documento pode ser salvo no celular ou mantido impresso. Também é possível pagar a taxa em bancos conveniados, por internet banking, aplicativo ou caixa eletrônico.

Caso o licenciamento não esteja disponível para pagamento, o proprietário deve verificar a existência de impedimentos, como multas ou débitos pendentes, ou bloqueios administrativos ou judiciais.



O licenciamento é obrigatório e garante ao Detran-SP o controle da frota que circula no estado

O licenciamento é obrigatório e garante ao Detran-SP o controle da frota que circula no Estado. Circular com o licenciamento vencido pode resultar no recolhimento do veículo, que é encaminhado a um pátio credenciado.

Nessas situações, a liberação pode ser feita de forma imediata

por meio da Liberação Instantânea de Veículos (LIVE), serviço digital disponível no site do Detran-SP. Com a LIVE, o proprietário solicita a liberação assim que o veículo chega ao pátio e recebe o ofício digital no celular, desde que quite os débitos existentes, como taxas de estadia e o licenciamento. (Governo de SP)

Cidade de SP supera média nacional e alcança 95,81% de cobertura vacinal contra o HPV entre adolescentes de 9 a 14 anos



A Prefeitura de São Paulo registrou aumento na vacinação contra o HPV (papilomavírus humano) em 2025 entre adolescentes de 9 a 14 anos. Com 95,81% do público-alvo imunizado no esquema completo vigente (dose única), a capital paulista superou a média nacional, que é de 80,2% para essa mesma faixa, segundo o Painel do Ministério da Saúde, considerando o conjunto dos dois sexos.

Em 2024, a aplicação do imunizante nesse público na capital paulista também foi alta, alcançando 91,19%. Nos anos anteriores, foram registrados 57,6% em 2023; 53,97% em 2022; e 57,67% em 2021, demonstrando crescimento consistente da cobertura vacinal.

Desde a atualização da norma nacional, feita em abril de 2024, o esquema para essa faixa etária passou de duas doses para dose única, o que simplificou o calendário e ampliou a oportunidade de vacinação. Além disso, o aumento da adesão mostra o impacto positivo das ações promovidas pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS), que busca ativa e vacinação realizadas nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), em escolas e em outros equipamentos públicos do município.

Entre adolescentes do sexo masculino, a cobertura passou de 57,6% (2021) para 90,25% (2025), indicando um avanço significativo na adesão ao público que

apresentava menor cobertura nos anos anteriores.

A vacina contra o HPV é segura. Pais e responsáveis devem procurar a unidade de saúde mais próxima para atualizar a caderneta de vacinação dos adolescentes, contribuindo para a redução da circulação do vírus e para a proteção da população.

O serviço de vacinação ocorre nas 481 UBSs da capital de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, e, aos sábados, no mesmo horário, nas Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs)/UBSs Integradas. A unidade mais próxima pode ser localizada por meio da plataforma Busca Saúde.

Até 2023, o esquema vacinal preconizado para meninos e meninas de 9 a 14 anos era de 2 (duas) doses da vacina HPV, com intervalo de 6 meses, e a cobertura vacinal era calculada para o esquema completo (D2).

A vacinação contra o HPV é fundamental para a prevenção de diversos tipos de câncer, como os de colo do útero, pênis, ânus e orofaringe, além de verrugas genitais, contribuindo de forma significativa para a proteção individual e coletiva.

Estudos nacionais baseados em dados do SUS (2019-2023) apontam redução de até 58% nos casos de câncer de colo do útero em mulheres jovens vacinadas e de 67% nas lesões pré-cancerosas graves, especialmente entre aquelas vacinadas antes dos 15 anos. Esses resultados reforçam a importância da vacinação na idade preconizada.

O imunizante contra o HPV é indicado em dose única para meninos e meninas de 9 a 14 anos de idade, bem como em caráter temporário (até o 1º semestre de 2026), para adolescentes de 15 a 19 anos que não foram vacinados na idade recomendada.

Também devem receber a vacina pessoas entre 9 e 45 anos de idade vítimas de violência sexual, pessoas vivendo com HIV/AIDS, em uso de drogas imunossupressoras, transplantadas de órgãos sólidos ou de medula óssea e pacientes oncológicos.

A vacina também é indicada para pessoas a partir de 2 anos de idade com papilomatose respiratória recorrente (PRR) e para pessoas entre 15 e 45 anos que fazem uso de profilaxia pré-exposição (PrEP) ao HIV. (Prefeitura de SP)

SP repassa mais de R\$ 3,8 bilhões em ICMS aos municípios paulistas em fevereiro

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) depositou na terça-feira (3) R\$ 1,91 bilhão na conta dos 645 municípios paulistas. Esse é o quarto repasse do mês, arrecadado de 23 a 27 de fevereiro, já com o desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A Sefaz-SP já havia repassado R\$ 1,91 bilhão aos municípios em 10/2, 18/2, e 24/2, relativos ao ICMS apurado nos períodos de 2 a 6/2, de 9 a 13/2, e de 16 a 20/2, respectivamente. Com o depósito desta terça-feira (3), o valor total repas-

sado em fevereiro é de R\$ 3,83 bilhões para as cidades do estado. Durante o ano de 2025, o Governo Estadual realizou 53 repasses semanais às cidades paulistas totalizando R\$ 47,43 bilhões do ICMS. Os valores correspondem a 25% da arrecadação do imposto, que são distribuídos às administrações municipais com base na aplicação do Índice de Participação dos Municípios (IPM) definido para cada cidade.

Os repasses semanais são feitos sempre até o segundo dia útil de cada semana, conforme prevê a Lei Complementar nº 63, de 11/01/1990. As consultas dos valores podem ser feitas no site da

Fazenda, no link Acesso à Informação > Transferências de Recursos > Transferências Constitucionais a Municípios.

Os valores semanais transferidos aos municípios paulistas variam em função dos prazos de pagamento do imposto fixados no regulamento do ICMS. Dependendo do mês, pode haver até cinco datas de repasses. As variações destes depósitos oscilam conforme o calendário mensal, os prazos de recolhimento e o volume dos recursos arrecadados.

Os repasses aos municípios são liberados de acordo com os respectivos Índices de Participação dos Municípios, conforme

determina a Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Em seu artigo 158, inciso IV, está estabelecido que 25% do produto da arrecadação de ICMS pertence aos municípios, e 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II e § 3º).

Os índices de participação dos municípios são apurados anualmente (artigo 3º, da LC 63/1990), para aplicação no exercício seguinte, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/93. (Governo de SP)

Brasil tem sexto maior crescimento no ranking das economias do G20

A expansão de 2,3% da economia brasileira em 2025 posiciona o Brasil na sexta posição do ranking de crescimento do G20, grupos das maiores economias do mundo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou na terça-feira (3) que o Produto Interno Bruto (PIB) atingiu R\$ 12,7 trilhões no ano passado.

O PIB é o conjunto de bens e serviços produzidos no país e serve como indicador do comportamento da economia. No ano passado, a agropecuária foi o principal motor do PIB nacional. Logo após a divulgação do

resultado pelo IBGE, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda publicou um ranking com o desempenho do PIB entre as 16 economias do G20 que já divulgaram os dados consolidados de 2025.

A lista é liderada pela Índia, que apresentou um salto de 7,5% na comparação com 2024. O Brasil aparece imediatamente à frente dos Estados Unidos, maior potência econômica do mundo.

Confira o ranking:

1º) Índia: 7,5%; 2º) Indonésia: 5,1%; 3º) China: 5%; 4º) Arábia Saudita: 4,5%; 5º)

Turquia: 3,6%;

6º) Brasil: 2,3%; 7º) EUA: 2,2%; 8º) Canadá: 1,7%; 9º) União Europeia: 1,6%; 10º) Reino Unido: 1,4%; 11º) Japão: 1,1%; 12º) Coreia do Sul: 1%; 13º) França: 0,9%; 14º) Itália: 0,7%; 15º) México: 0,6%; 16º) Alemanha: 0,4%

Crescimento com desaceleração

O desempenho do PIB brasileiro em 2025 marcou o quinto ano seguido de expansão. No entanto, o resultado aponta desaceleração, isto é, perda de impulso. Em 2024, o crescimento havia sido de 3,4%.

Os técnicos do Ministério da Fazenda atribuem a perda de ritmo à política de juros altos.

“Esse movimento indica que a política monetária contracionista exerceu impacto relevante sobre a atividade, contribuindo para o fechamento do hiato do produto”, afirma o estudo.

Na linguagem dos economistas, hiato do produto é um indicador sobre a capacidade de produção da economia sem gerar pressão inflacionária. O fechamento do hiato citado pelo boletim da SPE indica que os juros altos desestimularam o consumo a ponto de diminuir a

alta de preços.

Como juros altos

A política monetária contracionista, isto é, juros em patamar elevado, foi a ferramenta do Banco Central (BC) para conter a inflação, que ficou praticamente todo o ano de 2025 acima da meta do governo, de 3% ao ano com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Desde setembro de 2024, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC impôs trajetória de alta à Selic - taxa básica de juros - fazendo-a bater 15% ao ano em junho de 2025 e assim permanecendo até os dias atuais. É o maior patamar desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano.

A Selic influencia todas as demais taxas de juros do país e, quando elevada, age de forma restritiva na economia, ou seja, encarece operações de crédito e desestimula investimentos e consumo.

O impacto esperado é a menor procura por produtos e serviços, esfriando a inflação. O efeito colateral é que a economia em marcha lenta tende a diminuir a geração de empregos.

“A perda de fôlego tornou-se mais evidente no segundo semestre, quando a atividade permaneceu praticamente estável em relação ao primeiro”, aponta o boletim da SPE.

Apesar do cenário restritivo, 2025 terminou com a menor taxa de desemprego já registrada pelo IBGE.

Previsão para 2026

O Copom já anunciou que pretende cortar a Selic na próxima reunião do colegiado, nos dias 17 e 18 de março.

Na terça-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou que o conflito no Oriente Médio envolvendo o Irã não deve impactar a redução dos juros.

A SPE estima que o PIB deve crescer 2,3% em 2026.

“A expectativa é de desaceleração acentuada da agropecuária, compensada por maior ritmo de crescimento da indústria e dos serviços”, projeta a SPE.

Os técnicos enxergam que a provável redução de juros dará fôlego à indústria e à construção. A isenção de cobrança de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais, que entrou em vigor na virada do ano, é outro incentivo de crescimento, de acordo com a SPE.

“Para os serviços, a expectativa também é de maior crescimento, impulsionado pela reforma da tributação sobre a renda e pela expansão do crédito consignado para o trabalhador privado, além da resiliência do mercado de trabalho”, sustenta o boletim. (Agência Brasil)

Limite de renda para financiamento do Minha Casa, Minha Vida vai subir a R\$ 13 mil; entenda

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai reajustar todas as faixas do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. Na maior faixa, voltada à compra da casa própria pela classe média, o limite de renda da família vai subir de R\$ 12 mil para R\$ 13 mil.

A mudança foi antecipada pelo ministro Jader Filho (Cidades) em entrevista à Folha de S. Paulo no fim de janeiro. Na terça-feira (3), o Executivo formalizou a proposta em reunião do grupo técnico de apoio ao conselho curador do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), composto por representantes de trabalhadores, empregadores e governo.

Pela proposta, a faixa 1 do programa terá o limite de renda ampliado de R\$ 2,850 para R\$ 3.200. Nessa faixa, as famílias

têm acesso a moradias subsidiadas pelo governo, com recursos do Orçamento transferidos ao FAR (Fundo de Arrendamento Residencial).

Nas demais faixas, as famílias podem financiar a casa própria com juros menores que os de mercado, com recursos do FGTS e do Fundo Social do Pré-Sal.

Na faixa 2, o limite de renda sobe de R\$ 4.700 para R\$ 5.000. Na faixa 3, o teto aumenta de R\$ 8.600 para R\$ 9.600. Na modalidade voltada à classe média, o limite sobe de R\$ 12 mil para R\$ 13 mil.

Para entrar em vigor, a mudança ainda precisa ser aprovada pelo conselho curador do FGTS.

O governo também propôs ampliar o valor dos imóveis passíveis de financiamento por

meio do programa. Na faixa 3, o limite passa de R\$ 350 mil para R\$ 400 mil. Já na modalidade classe média, o teto sobe de R\$ 500 mil para R\$ 600 mil.

O Minha Casa, Minha Vida é uma importante vitrine da gestão petista, sobretudo em ano eleitoral.

Na atual gestão, Lula determinou a criação de uma nova faixa de renda dentro do programa, que até então contemplava apenas famílias com renda de até R\$ 8.600 (faixa 3). No ano passado, o governo lançou a modalidade classe média, a partir da injeção de R\$ 15 bilhões do Fundo Social do Pré-Sal para operações de financiamento do programa.

O foco do governo é alavancar a compra da casa própria pela classe média, que enfrenta um gargalo diante da

alta de juros e da escassez de recursos da poupança, uma das principais fontes de financiamento barato para o setor imobiliário.

Como as linhas do Minha Casa, Minha Vida têm taxas de juros reduzidas, a maior abrangência do programa daria um alívio significativo para essas famílias, com efeito indireto sobre aquelas que ganham acima do teto do programa, uma vez que a disputa pelos recursos da poupança ficaria menos acirrada.

No fim do ano passado, o governo também anunciou um novo modelo de financiamento imobiliário, dando mais flexibilidade aos bancos no uso dos recursos da poupança, numa tentativa de impulsionar o crédito habitacional no país. (Folhapress)

Agro cresce 11,7%, impulsiona PIB e ganha participação na economia

A agropecuária foi o grande destaque da economia brasileira em 2025. O setor cresceu 11,7% na comparação com 2024, o que impulsionou o Produto Interno Bruto (PIB), conjunto de bens e serviços produzidos no país no ano passado.

O desempenho fez com que a agropecuária representasse praticamente um terço (32,8%) da expansão de 2,3% que a economia brasileira teve no ano passado.

Os dados foram divulgados na terça-feira (3) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Depois da agropecuária, a atividade econômica que mais contribuiu para o avanço do PIB anual foi a indústria extrativa, com salto de 15,3%. Ou seja, a participação da agropecuária foi mais que o dobro da segunda atividade de maior peso no crescimento.

Ganho de participação

A coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis, destaca que a agropecuária

conseguiu ser o principal motor do PIB mesmo tendo participação de apenas 7% na economia brasileira.

“Apesar de ser uma atividade que não pesa tanto no PIB, a agropecuária cresceu tanto que foi a que contribuiu mais para o crescimento. Realmente chamou bastante atenção”, avalia Palis.

Tal expansão, inclusive, fez o setor ganhar maior participação. Em 2024, o agro tinha peso de 6,7%, índice que fechou 2025 em 7,1%.

Apesar do aumento de seu peso na economia brasileira, essa fatia já foi maior em anos recentes. Em 2021, a participação da agropecuária ficou em 7,7%. Em 2010 era apenas 4,8%.

A atividade econômica com maior peso no PIB brasileiro em 2025 continuou a ser a de serviços, com 69,5%. Em 2024, o setor representava 68,9%.

Na sequência, figura a indústria extrativa, que recuou de 24,4% para 23,4% na passagem de 2024 para 2025. Palis explica que a queda de participação é explicada pelo

recuo do preço internacional do petróleo no ano passado.

Força da lavoura

A analista Rebeca Palis explica que o desempenho da agropecuária é resultado, principalmente, da agricultura.

“A gente teve um ano recorde de safra de soja e milho, e essas safras têm um peso muito grande no primeiro trimestre”, cita.

“Depois caiu um pouquinho, mas se vocês forem ver a média do ano, em relação à média do ano anterior, tem um crescimento bastante significativo”, completa.

Segundo Palis, a soja e o milho representam cerca de 45% da lavoura nacional.

“A gente teve uma safra muito alta também de laranja, e todas essas atividades também com o crescimento da produtividade”, acrescenta a pesquisadora do IBGE.

Crescimento de produção agrícola em 2025:

Soja: 14,6%

Milho: 23,6%

Laranja: 28,4%

Apesar do destaque da agricultura, Palis ressalta que parte da pecuária também teve crescimento importante, principalmente bovinos e leite.

Projeção para 2026

Em um boletim publicado logo após a divulgação do IBGE, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda estima que 2026 deve ter crescimento de 2,3%, ritmo similar ao observado em 2025.

“A expectativa é de desaceleração acentuada da agropecuária, compensada por maior ritmo de crescimento da indústria e dos serviços”, aponta o texto.

“A menor produção esperada de milho e arroz, bem como o menor abate de bovinos, devido à reversão do ciclo, devem limitar a expansão do setor agropecuário em 2026, apesar da perspectiva de nova colheita recorde de soja”, assinalam os técnicos do Ministério da Fazenda. (Agência Brasil)

Tarifaço americano teve efeito “pontual” na economia, diz IBGE

O tarifaço imposto pelo governo dos Estados Unidos teve efeito pontual no desempenho da economia brasileira em 2025, que atingiu expansão de 2,3% na comparação com o ano anterior.

A avaliação é da coordenadora de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rebeca Palis, durante apresentação do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB).

O PIB é o conjunto de bens e serviços produzidos no país e serve como indicador do comportamento da economia.

O resultado de 2025 revela que as exportações brasileiras cresceram 6,2% na comparação com o ano anterior.

“Em relação ao tarifaço, a gente realmente viu que foram

coisas muito pontuais.”

“Os exportadores procuraram outros mercados. O Brasil já estava conseguindo exportar mais para outros países. Os Estados Unidos já não estão pesando tanto como destino das exportações brasileiras”, assinala.

“Provavelmente, sem o tarifaço a gente teria até exportado mais. Mas a gente exportou bastante, cresceu e foi importante o crescimento do ano passado”, completa a pesquisadora.

Os Estados Unidos são o segundo principal parceiro comercial do Brasil, perdendo apenas para a China.

Entenda o tarifaço

O tarifaço do presidente americano, Donald Trump, entrou em vigor em agosto de 2025. Ao ele-

var taxas sobre produtos importados, o governo dos Estados Unidos afirma que pretende proteger a economia americana.

A ideia é que, com a taxa, os americanos passassem a fabricar produtos localmente em vez de adquiri-los no exterior.

No caso do Brasil, que sofreu com uma das maiores taxas, de até 50%, o presidente americano chegou a alegar também que se tratava de retaliação ao tratamento dado pelo Brasil ao ex-presidente Jair Bolsonaro, que Trump considerava ser perseguido, antes de ser condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em setembro de 2025, por tentativa de golpe de Estado.

Desde então, os governos brasileiro e estadunidense ne-

gociam formas de buscar acordos para a parceria comercial.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), as exportações para os Estados Unidos recuaram 6,6% em 2025.

Justiça derruba tarifaço

No último dia 20 de fevereiro, uma decisão da Suprema Corte dos EUA derrubou a decisão de Trump de taxar compras internacionais. O presidente americano reagiu impondo tarifa de 10% a diversos países.

De acordo com o Mdic, o novo regime tarifário dos Estados Unidos deve poupar 46% dos produtos brasileiros exportados ao país. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor Cidadania & Economia

Conheça seus Direitos

Quando a Imprensa Enfrenta o Poder: do Mito de Kane ao Jornalismo Contra Presidentes

Por Nicholas Maciel Merlone

A democracia não morre apenas no silêncio — ela também pode morrer sob o barulho da manipulação. É sobre essa tensão entre imprensa, poder e verdade que dialogam três filmes fundamentais: *Conspiração* e *Poder*, *The Post* e *Cidadão Kane*. Em épocas distintas — da imprensa impressa ao jornalismo investigativo televisado — essas obras revelam como a mídia pode tanto confrontar quanto construir o poder. E, no centro de tudo, está a mesma pergunta: quem controla a narrativa controla o mundo?

Dirigido por James Vanderbilt, *Conspiração* e *Poder* (2015) dramatiza o escândalo da CBS envolvendo o jornalista Mary Mapes e o lendário âncora Dan Rather, interpretado por Robert Redford. O filme aborda a reportagem que questionava o passado militar de George W. Bush e que acabou desacreditada sob alegações de uso de documentos não verificados. Com orçamento modesto e recepção crítica dividida, a obra é, acima de tudo, um retrato das fragilidades do jornalismo na era da velocidade e da pressão corporativa. Aqui, a imprensa não enfrenta apenas o governo — enfrenta também seus próprios erros e a corrosiva dinâmica do julgamento público instantâneo.

Já *The Post* (2017), dirigido por Steven Spielberg e estrelado por Meryl Streep e Tom Hanks, revisita a publicação dos Pentagon Papers pelo jornal *The Washington Post* em 1971. Indicado ao Oscar de Melhor Filme, o longa arrecadou mais de US\$ 170 milhões mundialmente e reforça o papel histórico da imprensa como pilar democrático. Diferentemente de *Conspiração* e *Poder*, aqui o jornalismo emerge fortalecido: a decisão de publicar documentos secretos mesmo sob ameaça judicial simboliza a supremacia do interesse público sobre o medo político. É um filme sobre coragem institucional — e sobre como mulheres, como a editora Katharine Graham, redefiniram espaços tradicionalmente masculinos de poder.

Por fim, *Cidadão Kane* (1941), dirigido e estrelado por Orson Welles, permanece como uma das maiores obras da história do cinema — eleito repetidamente como o melhor filme de todos os tempos pelo American Film Institute. Inspirado na figura do magnata da imprensa William Randolph Hearst, o filme não retrata o jornalismo como guardião da verdade, mas como instrumento de vaidade e manipulação. Kane constrói impérios midiáticos para moldar opiniões e alimentar o próprio ego. Décadas antes das fake news, Welles já denunciava o risco de concentração de poder nas mãos de quem controla manchetes.

Se *The Post* celebra a imprensa como antídoto contra abusos do Estado, *Conspiração* e *Poder* expõem sua vulnerabilidade e *Cidadão Kane* alerta para seu potencial tirânico. Juntos, os três filmes traçam uma linha evolutiva — e inquietante — sobre mídia e democracia. No fim, resta uma questão inevitável: em uma era de algoritmos e polarização digital, a imprensa ainda é guardiã da verdade — ou já se tornou personagem da própria disputa pelo poder?

Nicholas Maciel Merlone - Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor. Instagram: @nicholasmerlone | Contato: nicholas.merlone@gmail.com



Governo pode enviar projeto com urgência se escala 6x1 não avançar

Internacional

Guerra impede volta de brasileiros que faziam cruzeiro em Dubai

Um grupo de brasileiros está retido em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, desde o último sábado (28), quando começaram os ataques dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã.

Os brasileiros se encontram no navio MSC Euribia, operado pela MSC Cruzeiros. A Agência Brasil perguntou à companhia quantos brasileiros estão a bordo e aguarda mais informações.

O grupo participava de um cruzeiro marítimo e deveria ter embarcado de volta para o Brasil no domingo (1º), mas, devido aos bombardeios, o espaço aéreo em diversos países da região foi fechado, impedindo o retorno.

Segundo a MSC Cruzeiros, a embarcação, que transporta cerca de 5 mil passageiros, permanece atracada em um porto local "até novo aviso", por determinação de segurança das autoridades regionais e internacionais.

"A situação a bordo está tranquila, e nossos hóspedes e tripulantes estão confortáveis e bem assistidos", informou a MSC.

A empresa disse ainda que, diante do cenário de restrição do espaço aéreo na região, está trabalhando em colaboração com as companhias aéreas para monitorar as rotas e possibilidades disponíveis.

"Estamos em contato ativo com embaixadas e ministérios das Relações Exteriores para garantir que eles tenham as informações necessárias sobre seus cidadãos a bordo e para entender quaisquer planos de repatriação que estejam sendo desenvolvidos", afirmou a MSC.

Em razão do conflito, a empresa cancelou o próximo cruzeiro do MSC Euribia, que partiria de Dubai, em 7 de março, e passaria por Doha, no Catar, em 8 de março, e por Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, em 11 de março.

"Estamos trabalhando em estreita coordenação com as autoridades competentes, ministérios das Relações Exteriores nacionais, embaixadas, especialistas internacionais em segurança e parceiros de segurança das empresas do grupo para monitorar continuamente a situação e determinar as medidas apropriadas", finaliza a nota.

A agência de viagens Strik Turismo, responsável por passageiros do grupo, também divulgou nota afirmando que todos se encontram em segurança, recebendo completa assistência a bordo do navio.

A nota diz ainda que a companhia marítima tem oferecido suporte contínuo, assegurando "conforto, alimentação adequada e todo o acompanhamento necessário para o bem-estar dos viajantes durante este período".

"Os passageiros cujas medicações estavam próximas do término já tiveram seus medicamentos devidamente repostos, garantindo a continuidade dos tratamentos. Além disso, as atividades e programações internas do navio seguem normalmente, contribuindo para o lazer e bem-estar de todos a bordo", diz a nota.

A agência diz que acompanha a situação com máxima responsabilidade, mantendo contato direto com o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) e com a Embaixada do Brasil nos Emirados Árabes Unidos, para que a repatriação do grupo ocorra da forma mais breve e segura possível. (Agência Brasil)

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse na terça-feira, (3), em São Paulo, que o governo poderá enviar um projeto de lei com urgência para o Congresso Nacional, caso as discussões que tratam sobre a jornada de trabalho, como o fim da escala 6x1 e a redução de horas semanais, não "caminhem na velocidade desejada".

A urgência impõe que tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado tenham 45 dias para deliberar o tema, sob pena de trancamento da pauta.

"Tem um debate importante com a direção das duas Casas [Câmara e Senado]. O presidente da Câmara Hugo Motta assumiu conosco de tocar as duas coisas: as PECs [Proposta de Emenda à Constituição] que estavam lá e também os projetos de lei [PL] vigentes que estão tramitando na Casa. Evidentemente que o PL pode ter uma velocidade maior que o da PEC. Mas o governo não descarta, a depender da conversa entre o presidente Hugo Motta e o presidente Lula, de mandar um projeto de lei em urgência. Se as coisas não caminharem na velocidade desejada, nós podemos encaminhar um projeto de lei com urgência que, acredito,

seria a possibilidade dela evoluir", disse o ministro, durante entrevista coletiva em que divulgou os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego.

Uma das PECs que tramitam atualmente no Congresso aumenta de um para dois dias o descanso mínimo semanal — preferencialmente aos sábados e domingos — e diminui de 44 para 36 horas o tempo máximo de trabalho semanal, sem contar horas extras. Atualmente, a Constituição estabelece que a carga de trabalho será de até oito horas diárias e até 44 horas semanais.

Durante entrevista a jornalistas, Marinho disse considerar viável o fim da jornada 6x1, mas ressaltou que a prioridade do governo é a redução da jornada que, em sua visão, já deveria ter ocorrido.

"Nesta fase, acredito sinceramente que é plenamente possível reduzir a jornada máxima de 44 para 40 horas semanais. E, portanto, isso pode levar à condição de acabar com a escala 6x1, que é o grande sonho de milhões de trabalhadores e comerciantes, em particular do comércio e serviço."

Ele também reiterou que não

há discussão atualmente no governo sobre compensações fiscais às empresas com contrapartida para a mudança. Para ele, "o pressuposto para a compensação é o aumento da produtividade".

"Não faz sentido, na minha opinião, pensar em incentivos fiscais para a questão da redução da jornada parcial", disse o ministro.

"É preciso que o mundo empresarial, os trabalhadores e suas representações colaborem no sentido de melhorar o ambiente do mundo do trabalho. Se você evitou acidente, evitou doenças, você vai aumentar a produtividade. Se você investir em tecnologia, você vai garantir o aumento da produtividade. E o Brasil precisa melhorar a produtividade", afirmou.

Caged

Em janeiro, o Brasil apresentou saldo positivo de 112.334 mil novos postos de trabalho com carteira assinada, segundo o Caged. O resultado foi obtido com a admissão de 2.208.030 pessoas e 2.095.696 desligamentos.

Apesar do balanço positivo, este foi o pior janeiro desde 2024, com saldo de 173.127 novos postos de trabalho. Segundo o mi-

nistro, a queda que vem sendo observada ocorre por causa dos juros altos (Selic), atualmente estabelecida em 15% ao ano.

"Cantamos essa bola desde 2004. O ritmo do juro praticado [em patamar elevado] ia levar a uma diminuição da velocidade da criação de novos empregos. Então, o que aconteceu foi uma diminuição da velocidade", explicou.

Segundo o Caged, quatro setores tiveram um desempenho positivo em janeiro, com destaque para o da indústria, que teve um saldo positivo de 54.991 postos de trabalho. Em seguida aparece o da construção, com 50.545 de saldo; serviços (40.525) e agropecuária (23.073). Já o setor de comércio teve um desempenho negativo, com saldo de -56.800 postos de trabalho.

No acumulado de doze meses (entre fevereiro de 2025 e janeiro de 2026), o saldo de novos vínculos celetistas foi de 1.228.483.

Salário

O Caged apontou ainda que o salário médio real de admissão em janeiro deste ano foi de R\$ 2.289,78, o que representou uma variação positiva de R\$ 77,02 em relação a dezembro do ano passado. (Agência Brasil)

Indústria de máquinas e equipamentos começa 2026 em desaceleração

O setor de máquinas e equipamentos iniciou 2026 em desaceleração, após encerrar o ano passado com um crescimento moderado. Essa redução no ritmo de crescimento se deve principalmente à política monetária, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Em janeiro deste ano, a receita líquida total do setor somou R\$ 17,3 bilhões, o que representa queda de 17% na comparação com janeiro de 2025 e de 19,3% em comparação a dezembro. Segundo a Abimaq, isso foi resultado de um recuo tanto nas vendas para o mercado doméstico quanto no mercado externo.

No mercado doméstico, a queda foi de 19% devido a um "reflexo da política monetária contracionista", o que provocou, segundo a entidade, inibição dos investimentos, encarecimento do custo de vida, comprometimento de renda e aumento da inadimplência. Já no mercado externo, a influência negativa foi em decorrência da valorização de 11% do real frente ao dólar.

As exportações de máquinas e equipamentos somaram US\$ 838 milhões em janeiro, com queda de 41,5% em relação a dezem-

bro, mas crescimento de 3,1% em relação a janeiro de 2025. De acordo com a associação, a retração na comparação mensal se deve a fatores sazonais e também à base elevada de comparação, já que dezembro de 2025 apresentou o segundo maior valor da série histórica.

As importações, por sua vez, tiveram queda em janeiro, somando US\$ 2,48 bilhões. No entanto, ressalta a Abimaq, elas seguem em patamares elevados, o que vem ocorrendo pelo menos desde 2015 e se intensificou com a pandemia da covid-19, "quando a substituição da produção nacional por bens importados ganhou força".

De acordo com a entidade, o volume de importações demonstra que o país vem transferindo parcela relevante do dinamismo industrial para o exterior, principalmente para a China, responsável por mais de 32% das máquinas importadas pelo Brasil.

Exportações para os Estados Unidos

O setor de máquinas foi um dos mais prejudicados pela aplicação de tarifas de 50% pelo governo dos Estados Unidos, principal destino desses produtos no exterior. Apesar disso, o impacto

acabou sendo menor do que o setor previa inicialmente.

"A medida que foi tomada pelo governo Trump impactou bem menos do que a gente previa no início. A gente achava que ia impactar brutalmente as vendas para aquele mercado, mas diversas empresas conseguiram se organizar, se estruturar e preservar aquele mercado, que é bastante importante", avalia o presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas da Abimaq, Pedro Estevão Bastos.

Em entrevista concedida na tarde da terça-feira (3), na capital paulista, ele disse esperar que as exportações voltem a ganhar força após a decisão da Suprema Corte ter derrubado as tarifas sobre produtos importados que haviam sido impostas globalmente pelo presidente Donald Trump. Mas, por enquanto, ele diz que o setor está cauteloso.

"Com relação ao futuro e com a reversão da medida, a gente espera conseguir reconquistar uma parte do mercado que foi perdido", falou. "Mas há outros instrumentos que ele [Trump] pode utilizar e aí elevar a tarifa especificamente para o Brasil a outro patamar, além dos 10%.

Então a gente tem conversado com as empresas do setor para ter cautela", frisou.

Emprego

Em janeiro, o setor apresentou melhora no número de pessoas empregadas, somando 418,9 mil colaboradores. Na comparação com janeiro de 2025, isso representou um acréscimo de 18 mil pessoas.

Apesar disso, a Abimaq pondera que esse número é 2% inferior a outubro do ano passado, quando 422,7 mil pessoas estavam empregadas no setor.

Perspectivas

Para este ano de 2026, a associação projeta um crescimento de 3,5% na produção física de máquinas e equipamentos e de cerca de 4% na receita líquida. Para a Abimaq, esse avanço será sustentado pelo mercado doméstico, com a expectativa de expansão da demanda próxima de 5,6%.

"A gente está achando que, em 2026, vamos ter uma retração nas vendas em relação a 2025. De quanto vai ser ainda está muito cedo para a gente falar, mas talvez alguma coisa em torno de 5% seja bastante razoável", disse Bastos. (Agência Brasil)

Câmara aprova regras para comercialização de remédios em supermercados

A Câmara dos Deputados aprovou na segunda-feira (2) o Projeto de Lei 2158/23, que autoriza a instalação de um setor de farmácias no interior de supermercados — desde que em ambiente físico delimitado, segregado e exclusivo para a atividade.

A proposta agora segue para sanção presidencial.

Para o relator, deputado Dr. Zacharias Calil (União-GO), a medida facilita o acesso da população a drogarias, sobretudo em cidades de pequeno porte.

"Existem dificuldades de acesso enfrentadas pelos consumidores que residem em pequenos municípios, nas regiões mais remotas do Brasil, devido à ausência de farmácias nessas localidades", argumentou o parlamentar.

Já para a deputada Maria do Rosário (PT-RS) a medida, além de representar um risco e um incentivo à automedicação, cede aos interesses da indústria farmacêutica.

"A pessoa que pega o medicamento vai pegar também pão", disse. "É um absurdo. É ceder ao interesse e lobby dos segmentos vinculados aos grandes laboratórios", completou.

De acordo com o texto, embora a farmácia em questão possa operar sob a mesma identidade fiscal do supermercado ou por meio de contrato com drogaria licenciada e registrada nos órgãos competentes, ela terá que seguir as mesmas exigências sanitárias e técnicas vigentes, incluindo:

- presença obrigatória de farmácias licenciadas e registradas durante todo o horário de funcionamento da farmácia;
- dimensionamento físico e estrutura de consultórios farmacêuticos;
- recebimento, armazenamento, controle de temperatura, ventilação, iluminação e umidade adequados;
- rastreadibilidade, assistência e cuidados farmacêuticos.

O projeto de lei restringe a oferta de medicamentos em áreas abertas, comunicáveis ou sem separação funcional completa, como bancadas, estandes ou gôndolas externas ao espaço da farmácia ou drogaria.

Controle especial

Em casos de compra de medicamentos de controle especial, quando há retenção da receita médica, o texto determina que

a entrega do remédio só aconteça após o pagamento.

Tais medicamentos poderão ser transportados do balcão de atendimento da drogaria até o local de pagamento em embalagem lacrada, inviolável e identificável.

Comércio eletrônico

O projeto permite às farmácias licenciadas e registradas pelos órgãos competentes contratarem canais digitais e plataformas de comércio eletrônico para fins de logística e entrega ao consumidor, desde que assegurado o cumprimento integral da regulamentação sanitária aplicável.

Categoria

Em nota, o Conselho Federal de Farmácia avaliou que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados reduz danos, mantendo as exigências sanitárias já previstas no Senado, além de atender a pontos classificados como centrais e defendidos pela entidade.

"O parecer aprovado reafirma que a instalação de farmácias em supermercados somente poderá ocorrer se forem farmácias completas, com espaço fisi-



Foto: Marcello Casal Jr/ABP

co segregado, presença obrigatória de farmacêutico responsável técnico, cumprimento integral das normas sanitárias e fiscalização sanitária."

O comunicado reforça que, conforme o texto, não há autorização para venda de medicamentos em gôndolas ou caixas comuns de supermercado.

"Além disso, foram rejeitadas emendas que previam assistência farmacêutica remota em pequenos municípios, preservando a exigência de presença física do farmacêutico".

"O debate em Plenário concentrou-se na necessidade de equilibrar acesso, concorrência e proteção à saúde pública. Com

que, pela avaliação do plenário do CNS, pode desencadear interesses comerciais acima do cuidado à saúde das pessoas, do acesso racional e seguro dos medicamentos e à segurança e o bem-estar da população", avaliou a entidade em nota.

Em dezembro, o Ministério da Saúde também se posicionou contrário ao texto. Para a pasta, a medida compromete o alcance do eixo estratégico 13 da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, que prevê a promoção do uso racional de medicamentos, por intermédio de ações que orientem a prescrição, a dispensação e o consumo.

"Medicamentos, mesmo aqueles isentos de prescrição, possuem riscos. Seu uso sem orientação adequada pode levar a diversos problemas como a automedicação inadequada, resultando em interações medicamentosas, intoxicações, agravamento de doenças não diagnosticadas e mascaramento de sintomas importantes. Essa prática dificulta o tratamento adequado podendo colocar em risco a saúde do cidadão, comprometendo a saúde pública". (Agência Brasil)

SUS inicia teleatendimento gratuito para quem tem compulsão por jogos

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, anunciou na terça-feira (3) o início do teleatendimento em saúde mental pelo SUS (Sistema Único de Saúde) com foco em jogos de apostas. O serviço é direcionado a pessoas com 18 anos ou mais que apresentem compulsão por jogos, além de familiares e rede de apoio.

Realizado em parceria com o Hospital Sírio-Libanês, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Prodi-SUS), o serviço gratuito garantirá assistência especializada a pessoas com compulsão pelas conhecidas bets. A expectativa inicial é a de 600 atendimentos online por mês, mas o ministério poderá ampliar esse número, a depender da demanda. A ideia é chegar a 100 mil atendimentos mensais.

“Somos nós podendo dar mais um passo para acolher e ajudar essas pessoas a sair do sofrimento

mental que está diretamente associado à compulsão nas apostas eletrônicas que, além de ser um problema de saúde mental, leva ao acometimento financeiro e problemas familiares. Quando olhamos os dados dos CAPs [Centros de Atenção Psicossocial], vemos, nos últimos anos, de 2 mil a 3 mil atendimentos apenas de pessoas que vão presencialmente falar que têm um problema com compulsão de jogos”, afirmou Padilha.

As consultas são realizadas por vídeo, duram em média 45 minutos e fazem parte de ciclos estruturados de cuidado, que podem incluir até 13 consultas por paciente, em grupo com sua rede de apoio ou individualmente. O atendimento é gratuito e confidencial. A equipe é multiprofissional, formada por psicólogos e terapeutas ocupacionais, com apoio de médico psiquiatra quando necessário, além de articulação com assistência social e medicina de família para integração



com os serviços locais.

Como acessar

Para acessar o serviço, o interessado deve se cadastrar por meio do aplicativo Meu SUS Digital. Para utilizar o novo serviço, é preciso baixar o aplicativo, que está disponível de forma gratuita nas lojas Android, iOS ou na versão web, fazer login com a conta gov.br, na página inicial, clicar no item “Miniapps”. Em seguida, selecionar a opção “Problemas com jogos de apostas”.

A pessoa terá acesso a um autoteste, baseado em evidências científicas e validado no Brasil por especialistas, com perguntas que ajudam a identificar sinais de risco e orientar o próximo passo. Se o resultado indicar risco moderado ou elevado, o encaminhamento para o teleatendimento é automático. Nos casos de menor risco, o aplicativo orienta a pro-

curar a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que inclui desde Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) a Unidades Básicas de Saúde (UBS).

O Meu SUS Digital também conta com conteúdos informativos sobre sinais de alerta, prevenção e impacto da prática na saúde mental. Além disso, a Ouvidoria do SUS está treinada e preparada para orientações sobre o tema. Os profissionais atendem pelo telefone 136, por teleatendimento, via formulário, WhatsApp ou chatbot no site do Ministério da Saúde. Todas as informações seguem as normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Um estudo recente apontou que as bets provocam perdas econômicas e sociais ao país estimadas em R\$ 38,8 bilhões anualmente. “Esta ação do Ministério da Saúde é mais uma resposta ao fenômeno recente de comportamentos problemáticos relacio-

nados a jogos e apostas, principalmente online. A procura espontânea por atendimento presencial ainda é baixa, muitas vezes por vergonha, medo de julgamento ou dificuldade de reconhecer o problema. Desta forma, o teleatendimento foi estruturado justamente para ampliar o acesso ao cuidado de forma reservada, segura e acessível”, diz o ministério.

Capacitação

Segundo Padilha, a pasta está capacitando os profissionais de saúde para esse atendimento específico, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Foram oferecidas 20 mil vagas aos trabalhadores da saúde.

“Nós já tivemos 13 mil inscrições para o curso e 1,5 mil já concluíram essa formação. Temos mais 7 mil vagas e acredito que teremos que abrir mais quando esse número acabar. Esse plano de cuidado tem como objetivo, se possível, resolver a compulsão com o teleatendimento. Senão, poder direcionar essa pessoa para o conjunto da Rede de Atenção Psicossocial”, ressaltou.

O teleatendimento faz parte da Linha de Cuidado para Pessoas com Problemas Relacionados a Jogos de Apostas, que também contém orientações clínicas encontradas no Guia de Cuidado para Pessoas com Problemas Relacionados a Jogos de Apostas.

Bloqueio por autoexclusão

Dentro do conjunto de ações

do governo federal para prevenir e auxiliar na compulsão por apostas online, há também a Plataforma de Autoexclusão Centralizada, para o bloqueio de sites de apostas, disponível desde dezembro passado. A ferramenta permite ao apostador que deseja interromper o vício, solicitar ser bloqueado dos sites de apostas, além de deixar seu CPF indisponível para novos cadastros ou para o recebimento de publicidade das bets. Pela plataforma, é possível escolher por quanto tempo o apostador deseja bloquear os sites de apostas: dois meses, seis meses, ou indeterminado. O cadastro pode ser feito pelo endereço eletrônico gov.br/autoclausulas, utilizando conta gov.br de nível prata ou ouro.

“Essa é a principal ação que o governo está fazendo para cuidar desse problema. Mais de 300 mil pessoas já estão se tratando ao se autoexcluir, reduzindo a exposição a esse risco, inclusive com bloqueio das propagandas. E a maioria das pessoas que acessou a plataforma selecionou o bloqueio por tempo indeterminado. Quando ela se autoexclui, ela põe o CPF dela lá. Como o cartão SUS, que é baseado no CPF, a gente consegue saber qual é o cartão SUS da pessoa, se ela frequenta Unidade Básica de Saúde e onde. O esforço é identificar riscos graves de saúde mental e encaminhá-la para o atendimento corretamente e rapidamente”, disse Padilha. (Agência Brasil)

Conflito Oriente Médio não impactará redução dos juros, diz Haddad



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na terça-feira (3) que a atual escalada do conflito no Oriente Médio não deve impactar a redução dos juros no Brasil.

Definida atualmente em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), a previsão é de que taxa básica de juros, a Selic, comece a ser reduzida na próxima reunião do colegiado, marcada para 17 e 18 de março.

“Tudo é uma questão de momento, nós estamos falando de hoje. A gente não sabe como é que esse conflito vai acontecer, como é que as coisas vão suceder, mas é muito cedo para falar de uma reversão do que está mais ou menos contratado, que é um ciclo de cortes da taxa Selic”, disse Haddad em entrevista ao programa Alô Alô Brasil, da Rádio Nacional.

Utilizada para controlar a inflação, a taxa Selic está no maior nível desde julho de 2006, quando se situou em 15,25% ao ano.

Apesar do recuo da inflação e do dólar, o colegiado não interferiu nos juros na última reunião, pela quinta vez seguida, no fim de janeiro.

Em ata, o Copom confirmou que começará a reduzir os juros na reunião de março, caso a inflação se mantenha sob controle e não haja surpresas no cenário econômico. Ainda assim, os juros serão mantidos em níveis restritivos.

A escalada do conflito no Oriente Médio começou no último sábado (28), quando Estados Unidos e Israel atacaram o Irã, levando à morte do líder supremo país persa, o aiatolá Ali Khamenei.

A reação do Irã foi forte, com ataques a bases dos Estados Unidos no Oriente Médio e a Israel. O ministro Fernando Haddad explicou que os conflitos armados sempre afetam variáveis econômicas, sobretudo as expectativas futuras, com base na gravidade dos acontecimentos.

Para ele, cabe à equipe econômica se preparar para qualquer cenário, sejam conflitos armados, eventos climáticos severos, pandemias ou guerras tarifárias. Para o ministro, é preciso ter humildade e não “sobrevvalorizar as forças” do país, mas também não se pode desconsiderá-las. Haddad acredita que o Brasil tem autonomia suficiente para suportar as consequências atuais do conflito.

“O Brasil não depende de petróleo, o Brasil é um dos maiores produtores de petróleo do mundo, sobretudo graças ao pré-sal,

fruto de investimentos na Petrobras no segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nós temos reservas cambiais, nós não temos dívida externa [...], nós temos energia limpa”, acrescentou.

Na segunda-feira (2), o Irã anunciou o fechamento do Estreito de Omuza para a passagem de navios e afirmou que as embarcações que tentarem passar pelo local serão incendiadas. Essa passagem é uma rota fundamental de energia para o transporte mundial de petróleo.

Especialistas consultados pela Agência Brasil avaliam que a segunda agressão dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã, em um intervalo de oito meses, busca a “troca de regime” em Teerã, com objetivo de deter a expansão econômica da China, vista como ameaça por Washington, além de consolidar a hegemonia política e militar de Israel no Oriente Médio.

Na entrevista desta terça-feira, o ministro Haddad também afirmou que a China “assusta demais os Estados Unidos”. Segundo ele, esse conflito é um movimento político estratégico, assim como ocorreu na Venezuela, no início de janeiro, como os militares americanos sequestraram o presidente do país, Nicolás Maduro.

“Todas essas movimentações tem muito a ver com a China, tanto na Venezuela quanto no Irã, a questão é o petróleo e a dependência da China da importação de 11 a 12 milhões de barris por dia de petróleo”, disse.

Um certo inconformismo com esse advento, com essa novidade no cenário geopolítico internacional, que é a força econômica e militar da China, que se tornou um desafio para o Ocidente.”

“Eu não sei até que ponto é algo que merecesse esse tipo de tratamento [bélico] e não um tratamento de busca de uma maior integração entre as economias e maior cooperação entre os países”, acrescentou o ministro.

A China e o Irã mantêm uma forte parceria estratégica e econômica, com o país asiático comprando a maior parte do petróleo do país persa.

O Ministério das Relações Exteriores da China declarou estar “extremamente preocupado” com os atuais ataques e exigiu a interrupção imediata das ações militares. O governo em Pequim defendeu o respeito à soberania e à integridade territorial do Irã, além da retomada do diálogo e das negociações para preservar a estabilidade no Oriente Médio. (Agência Brasil)

Os bancos poderão descontar os valores que terão de antecipar ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) do compulsório, dinheiro que são obrigados a manter parado no Banco Central (BC). A autoridade monetária aprovou nesta terça-feira (3) a resolução que autoriza a operação.

Na prática, a medida pode liberar cerca de R\$ 30 bilhões para os bancos neste ano. O BC, no entanto, informou que o dinheiro extra não terá impacto na economia, porque compensará os recursos que deixarão de circular por causa das antecipações dos bancos ao FGC.

Entidade privada que garante depósitos e aplicações de clientes em caso de quebra de banco, o fundo decidiu, em fevereiro, que as instituições financeiras terão de antecipar contribuições mensais para cobrir o rombo em seu caixa após a quebra do Banco Master e das demais instituições associadas a ele.

Esse reforço serve para recompor o patrimônio do fundo e manter a confiança no sistema financeiro. O FGC é responsável

por devolver até R\$ 250 mil em investimentos por instituição liquidada e R\$ 1 milhão por correntista a cada quatro anos a clientes de bancos que eventualmente enfrentem problemas.

Por meio do compulsório, os bancos são obrigados a manter parte do dinheiro dos clientes depositada no Banco Central. Essa reserva obrigatória ajuda o BC a controlar a quantidade de dinheiro em circulação na economia e a manter a estabilidade do sistema financeiro.

Com a nova regra, o BC autorizou que o valor antecipado ao FGC seja abatido dessa reserva obrigatória.

Sem a mudança, os bancos teriam de: Pagar antecipadamente ao FGC; Manter o mesmo volume de recursos parados no Banco Central; Isso diminuiria a quantidade de dinheiro em circulação na economia, equivalendo a um aumento de juros.

Como medida aprovada pelo BC, Os bancos poderão compensar uma obrigação com a outra: A quantidade de dinheiro em circulação na economia não mudará.

Bancos poderão descontar aportes antecipados ao FGC



Segundo o BC, a medida: Evita redução de dinheiro disponível no sistema bancário; Mantém a estabilidade do crédito;

Dá mais flexibilidade às instituições financeiras.

Os bancos poderão escolher se fazem essa compensação sobre recursos de depósitos à vista, como conta-corrente, ou a prazo, como Certificados de Depósito Bancário (CDB).

O Banco Central estima que a medida possa resultar na libera-

ção de até R\$ 30 bilhões em 2026, valor que poderá ser usado pelos bancos para concessão de crédito ou outras operações.

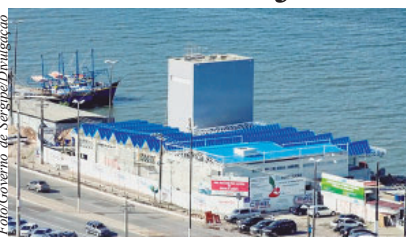
O compulsório será recomposto gradualmente, mês a mês, conforme vencerem as parcelas antecipadas ao FGC.

Segundo o BC, a decisão busca equilibrar dois objetivos: fortalecer o fundo que protege os clientes dos bancos e, ao mesmo tempo, evitar aperto de liquidez – falta de dinheiro disponível – no sistema financeiro. (Agência Brasil)

Governo federal leiloa terminais pesqueiros de Aracaju e Cananéia

Mais de R\$ 102 mil foram arrecadados pelo governo federal nos leilões de terminais pesqueiros realizados na terça-feira (3), na B3, em São Paulo. A maior oferta foi proposta pela K. Coelho L&R, que arrematou o terminal pesqueiro de Cananéia, no litoral paulista, por R\$ 101,1 mil como valor de oferta. A empresa foi a única concorrente. O ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula, acompanhou o certame na capital.

O leilão de concessão foi promovido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, com apoio da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da



Presidência da República. Três terminais pesqueiros públicos seriam leiloados, mas o terminal

de Santos, também no litoral paulista, acabou sendo adiado.

O critério de julgamento foi o

de maior oferta, correspondente ao maior valor de oferta para cada terminal pesqueiro.

Além do terminal pesqueiro de Cananéia, também foi concedido o terminal de Aracaju (SE). A vencedora foi a BTJ Distribuidora, única concorrente, que ofereceu R\$ 990 como valor de oferta.

Segundo o ministério, a concessão oferece ao setor privado o direito de explorar economicamente os terminais por um período de 20 anos, prevendo investimentos na ordem de milhões de reais para a modernização e operação das instalações. (Agência Brasil)

PGR defende arquivamento de inquérito contra Elon Musk

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou na terça-feira (3) ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer pela arquivamento aberto na Corte contra o empresário norte-americano Elon Musk, dono da rede social X.

A investigação tramita no Supremo há dois anos e apura

o suposto uso da plataforma para instrumentalizar ataques virtuais contra ministros da Corte e desobediência a decisões que determinaram a suspensão de perfis de pessoas investigadas.

Gonet afirmou que a investigação realizada pela Polícia Federal (PF) apontou que não

houve resistência deliberada da plataforma para atentar contra o Poder Judiciário.

No entendimento do procurador, as inconsistências que permitiram acessos a conteúdos suspensos não tiveram intenção fraudulenta.

“Inexistem elementos de informação que apontem para

uma resistência deliberada da plataforma em acatar as determinações desta Corte ou do Tribunal Superior Eleitoral”, comentou Gonet.

Caberia ao ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito, decidir se o inquérito contra Musk será arquivado. (Agência Brasil)